



Índice

- 01 Relatório que aponta violações de direitos dos indígenas do Mato Grosso do Sul será lançado em Dourados
- 02 Gilberto Carvalho quer ser presidente da Funai
- 03 Manifesto sobre a situação da Educação Escolar Indígena é lançado em Brasília
- 04 Parceria pode resultar na implantação de projeto esportivo em Mangueirinha
- 05 MPF/MS: Omissão da prefeitura deixa 600 crianças indígenas fora da escola em Dourados
- 06 Associativismo estimula o desenvolvimento de comunidades rurais
- 07 Gilberto Carvalho diz que Dilma tem que acelerar demarcações indígenas
- 08 Índios kaingang iniciam plantio de soja em área invadida no Rio Grande do Sul
- 09 Articular base de sustentação no Congresso, fazer a Reforma Política e demarcar as Terra Indígenas e Quilombolas: eis os grandes desafios da Presidenta reeleita
- 10 Indígenas protestam no Palácio do Planalto
- 11 Justiça dá 15 dias para Funai retomar demarcação de Terra Indígena no Pará
- 12 Indígenas reivindicam que Educação respeite suas identidades culturais
- 13 Professores indígenas protestam em Brasília pela demarcação das terras e melhorias na educação



- 14** Índios ocupam aeroporto em bloco de petróleo na Amazônia peruana
- 15** Próximo domingo: Famílias não indígenas podem ser expulsas de área demarcada pela Funai em Santa Catarina
- 16** Munduruku do Médio Tapajós inicia autodemarcação e juiz dá 15 dias para Funai publicar relatório circunstanciado
- 17** Jarudore: Artista plástico registra imagens de povoado do Mato Grosso que pode ser demolido pela Funai
- 18** MPF aciona Justiça contra prefeitura por deixar índios fora da escola
- 19** Índios vão ao Palácio do Planalto reivindicar melhorias na educação
- 20** Plataforma Dhesca lança relatório "Violações de Direitos Humanos dos Indígenas no Mato Grosso do Sul" hoje, 30, em Dourados
- 21** Encontro discute ações para Povos e Comunidades Tradicionais na Bahia
- 22** Moção pública de apoio à demarcação das terras indígenas no Acre
- 23** Indígenas da Amazônia participam do Brasileiro com sonho de medalhas
- 24** Operação da FUNAI apreendeu turistas realizando atividades de pesca esportiva sem autorização em Terra Indígena Médio Rio Negro II e Terra Indígena Teá (AM)
- 25** Demarcações nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste são prioridades da Funai
- 26** Escola indígena é inaugurada na cidade de Palmeira dos Índios
- 27** No Acre, sede do Cimi é atacada e documentos de demarcação de terras indígenas são furtados



Boletim de Notícias - Edição nº 195/ 2014

Brasília, 30 de outubro de 2014.

-
- 28** [Em Brasília, lideranças indígenas agradecem empenho na realização dos Jogos Mundiais Indígenas](#)
 - 29** [Sabedoria Indígena: O Silêncio, por Kent Nerburn](#)
 - 30** [Porto Seguro: VIII Ed. dos Jogos Indigenas terá aldeias Pataxó e outras](#)



Relatório que aponta violações de direitos dos indígenas do Mato Grosso do Sul será lançado em Dourados

SÍTIO CIMI, 29.10.2014

Nesta quinta-feira (30) será lançado em Dourados o relatório “Violações de direitos humanos dos indígenas no Estado do Mato Grosso do Sul”. O documento é resultado da missão realizada em agosto de 2013 pela Relatoria do Direito Humano à Terra, Território e Alimentação.

Durante a missão a Relatoria constatou a complexidade que envolve as violações aos direitos dos povos indígenas Guarani e Kaiowá. As violações começam com a negação do seu território, a exclusão social (da qual resulta todo o processo de confinamento) até a negação dos direitos básicos à realização da vida com dignidade. Entre os direitos violados estão o direito ao território, à alimentação adequada, ao acesso à educação específica (diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária), à saúde que considere a medicina tradicional, à dignidade da pessoa humana (preconceito e racismo), à autodeterminação dos povos indígenas e à memória.

O evento é promovido por Plataforma de Direitos Humanos - Dhesca Brasil e Conselho Indigenista Missionário (Cimi), com apoio da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), e contará com a presença de lideranças indígenas e organizações de defesa dos direitos humanos, além de professores e estudantes.

O que é a Relatoria

A Relatoria do Direito Humano à Terra, Território e Alimentação integra as Relatorias em Direitos Humanos, uma iniciativa da sociedade civil brasileira que tem como objetivo contribuir para que o Brasil adote um padrão de respeito aos direitos humanos. O Projeto foi implantado em 2002 pela Plataforma de Direitos Humanos com o desafio de diagnosticar, relatar e recomendar soluções para violações apontadas pela sociedade civil. Para averiguar as denúncias acolhidas, as Relatorias visitam os locais realizando missões, audiências públicas, incidências junto aos poderes públicos e publicam relatórios com recomendações para a superação dos problemas identificados.

Confira o relatório na íntegra [aqui](#).

Serviço:

Lançamento do relatório “Violações de direitos humanos dos indígenas no Estado do Mato Grosso do Sul”

Data: 30 de outubro (quinta-feira)

Horário: 19:30h

Local: Espaço Aluisio (alojamento) - Rua Eisei Fujinaka, 715, Jardim Altos do Indaia, Dourados – Mato Grosso do Sul

Contato: Anderson Moreira - Assessor de Comunicação da Plataforma Dhesca (41) 3232-4660 / 8411-1879 / comunicacao@plataformadh.org.br

Gilberto Carvalho quer ser presidente da Funai

SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 29.10.2014



Isolado no governo e homem da confiança de Lula, Gilberto Carvalho deve perder o cargo de Secretário-Geral da Presidência. Para o seu lugar, a presidente Dilma deve nomear o ex ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto. Já apresentamos uma análise da troca. Carvalho tem dito em conversas reservadas que gostaria de ir para a Funai. A informação foi publicada pelo jornal O Estado de São Paulo.

Gilberto Carvalho é um indigenista convicto. Foi ele quem abrigou Paulo Maldos no Palácio do Planalto e Marta Azevedo no terceiro escalão do Executivo. Maldos foi consultor do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e da ONG indigenista Instituto Socioambiental (ISA) e é ex marido de Marta Azevedo, antropóloga que presidiu a Funai.

Juntos, Carvalho, Maldos e Azevedo, com a ajuda de Nilton Tubino, incentivaram e coordenaram as duas grandes operações de expurgo étnico feitas pelo Governo Dilma Russeff em áreas demarcadas pela Funai no Mato Grosso e no Maranhão. A trupe indigenista do Governo expulsou milhares de agricultores de terras cobiçadas pela Funai sem qualquer preocupação moral com o destino das famílias.

A experiência, entretanto, deixou marcas em Carvalho. Como creem todos aqueles que professam a fé do indigenismo radical, Carvalho na condição de Secretário-Geral da Presidência coordenou as operações de expurgo étnico das Terras Indígenas Marãiwatsédé e Awá-Guajá achando que moveria o aparato bélico do estado contra grandes latifundiários. Surpreendeu-se ao encontrar no local, muito além de grandes ruralistas, milhares de famílias de pequenos agricultores.

CONT.



Paulo Maldos, Nilton Tubino e Marta Azevedo são moralmente deformados. É improvável que qualquer um deles tenha questionado sua fé no indigenismo radical diante do ato imoral de jogar gente pobre no olho da rua. Maldos chegou a acusar os pequenos agricultores que viviam em uma área demarcada no Maranhão de serem "plantadores de maconha" como forma de tentar justificar moralmente o ato de escorregá-los da terra. Foi defenestrado publicamente pela Senadora Katia Abreu.

[Vídeo.](#)

Mas Gilberto Carvalho é diferente dos seus três comparsas porque é um cristão convicto e a fé cristã costuma ser superior à fé em outras religiões, como o indigenismo radical, por exemplo. Carvalho jogou aqueles milhares de pequenos agricultores na rua e na miséria, derrubou suas casas e seus templos, mas entendeu que a atual questão indígena não é mais uma guerra maniqueísta entre o índio e o latifundiário.

[Vídeo.](#)

Ao contrário do que possa parecer a princípio, a nomeação de Gilberto Carvalho para a presidência da Funai não é ruim. Não se pode imaginar que a Funai acabará de hoje para amanhã, nem que o órgão de assistência aos índios seja presidido por um ruralista. O presidente da Funai tem que ser um indigenista, mas é muito melhor ter um indigenista que percebeu corretamente o problema, como Gilberto Carvalho, do que um completo obtuso, como Padre Ton.

Miguel Rossetto na Secretária-Geral da Presidência, Katia Abreu em um Ministério da Agricultura fortalecido, José Eduardo Cardozo no Ministério da Justiça e Gilberto Carvalho na Funai podem ser o início da solução final para Questão Indígena.

Eles pode se juntar ainda o ex governador da Bahia, Jaques Wagner, cotado para assumir a Casa Civil. Wagner viu de perto e de mãos atadas a guerra entre os pequenos agricultores e indígenas decorrentes de duas demarcações fraudadas pela Funai no sul da Bahia. É outro que olhou o mostro real no fundo dos olhos, assim como Gilberto Carvalho.

Foto: Mario Vilela, da Funai

Manifesto sobre a situação da Educação Escolar Indígena é lançado em Brasília
SÍTIO CIMI, 29.10.2014



Hoje, 29 de outubro, está sendo lançado o Manifesto Sobre A Educação Escolar Indígena No Brasil – Por Uma Educação Descolonial e Libertadora, na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, uma publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). A pesquisa e o relevamento de dados deste manifesto de 120 páginas, que pode ser considerado um dossiê, foram feitos pelos Regionais do Cimi e a sua organização por Emília Altini, Eunice Dias de Paula, Gilberto Vieira dos Santos, Luiz Gouvêa de Paula e Rosimeire de Jesus Diniz Santos. O Manifesto é dedicado aos povos indígenas do Brasil que, apesar da negação de suas formas próprias de educar, teimam em construir uma “outra escola”.

Também é dedicado a todos os educadores e educadoras indígenas. Fiéis aos seus povos e comunidades, fazem da escola e da educação escolar um instrumento de resistência contra toda forma de colonidade. O Manifesto divide-se em 12 capítulos, abordando questões desde o histórico da educação escolar indígena, seus princípios já consagrados na legislação, a situação dos docentes indígenas e sua formação, a infraestrutura das escolas indígenas, sua organização e gestão, até chegar aos territórios etnoeducacionais, à criação dos Núcleos de Educação Escolar Indígena (NEI), e chegando à posição do Estado Brasileiro, que desconsidera as formas próprias de organização dos povos originários.

O Manifesto conclui apresentando os desafios e perspectivas para os povos indígenas, e afirma que há um enorme desconhecimento dos procedimentos didáticos, dos conteúdos curriculares e do que é considerado relevante para os povos indígenas. Isso termina por gerar uma valorização desigual dos saberes, sendo consideradas periféricas algumas das dimensões que

CONT.



na vida indígena são centrais. Habermas (2004, p.172) é citado: “a discriminação não pode ser abolida pela independência nacional, mas apenas por meio de uma inclusão que tenha suficiente sensibilidade para a origem cultural das diferenças individuais e culturais específicas”. Isso significa que, para os povos indígenas, a independência do Brasil não representou mudança na posição dos povos indígenas em relação ao Estado, que precisam ser conscientes dessa realidade imposta pelo projeto colonial.

Portanto, a educação escolar indígena deve ser convertida em mais um instrumento de resistência e de libertação. Para o Manifesto, há experiências em andamento que mostram a viabilidade de se organizar a educação escolar em “sistemas abertos”, sem separações rígidas entre classes ou séries, que se ajustam melhor aos princípios educativos indígenas: aprender fazendo, aprender com os mais velhos. Em suas conclusões, alerta que transformar a escola em ferramenta de luta não é tarefa fácil e que, para isso, não basta mudar sua aparência, seus currículos, seus calendários.

É preciso modificar toda a sua lógica, sua fundamentação, seus objetivos e essência. É importante manter vivas certas perguntas: Que escolas estamos produzindo? Quais saberes a escola mobiliza? Quais verdades ela institui? Quais outras verdades ela desautoriza? para citar apenas algumas das grandes perguntas levantadas. E para finalizar, o Manifesto conclui que o Estado Brasileiro perpetua práticas colonialistas revestidas de novas roupagens. Em Brasília, Luciana Gaffrée 29 de outubro de 2014



Parceria pode resultar na implantação de projeto esportivo em Manguoeirinha
SÍTIO DIÁRIO DO SUDESTE, 29.10.2014

O mesmo começaria na reserva indígena da cidade e, posteriormente, seria ampliado para a comunidade



Na foto, a primeira reunião entre as partes interessadas do projeto (Foto:)

Um projeto nem bem saiu do papel, mas pode mudar o cenário esportivo de Manguoeirinha, cidade mais conhecida por seus habitantes indígenas.

Em julho deste ano, Rivair Custódio do Amaral reuniu algumas lideranças locais, entre elas o cacique Milton Alvez Katanh, para apresentar o projeto Seleção Brasileira de Máster, que é desenvolvido em todo o território nacional. Amaral seria o coordenador geral do projeto e conta que a meta é inseri-lo, primeiramente, na reserva indígena de Manguoeirinha.

O coordenador, hoje aposentado, trabalhou muitos anos no Departamento de Esportes do município, e agora diz que viu uma oportunidade de continuar no meio em que trabalhou ajudando outros jovens e a comunidade em que vive.

A Seleção Brasileira de Máster tem o intuito de formar novos atletas, além de desenvolver ações que cooperem com a sociedade, na formação integral de crianças e jovens. Amaral diz que o projeto serve como uma base para que novos talentos surjam do futebol, transformando Manguoeirinha numa referência para grandes clubes do país.

Estrutura

O idealizador conta que a ideia de começar na reserva indígena é a de justamente não depender da estrutura da administração municipal, uma parceria que pode vir futuramente. A Seleção Brasileira de Máster desenvolve um projeto padronizado e por isso não é tão simples de implantar o sistema nos municípios, pois além do espaço há profissionais e materiais a serem disponibilizados.

De julho até agora as conversas não avançaram, conta Amaral, muito devido ao período eleitoral. A intenção é de que a partir de 2015 o projeto possa estar funcionando, tendo ainda uma abertura especial no Dia do Índio (19 de abril).

MPF/MS: Omissão da prefeitura deixa 600 crianças indígenas fora da escola em Dourados

SÍTIO CIMI, 29.10.2014

O Ministério Público Federal (MPF) em Mato Grosso do Sul ajuizou ação contra a Prefeitura de Dourados e o atual prefeito Murilo Zauith por improbidade administrativa. O administrador é acusado de omissão na gestão da educação escolar indígena, que deixou mais de 600 crianças fora das salas de aula nas aldeias do município.

Documentos encaminhados pela própria prefeitura reconhecem a superlotação das escolas e a ausência de vagas. "Problema que se arrasta desde há muito tempo", segundo a Secretaria de Educação. Em 2012, o Município chegou a apresentar projeto de construção de 5 salas de aula na escola indígena Tengatui Marangatu. A proposta jamais saiu do papel e jovens continuam sem acesso ao ensino.



Falta de estrutura obriga alunos a estudar na biblioteca nos dias de calor



Retrato das escolas indígenas no MS: Estrutura totalmente abandonada

Fotos: Relatório Fotográfico da Escola Municipal Tengatui Marangatu e Carolina Fasolo

Além da falta de vagas, os estudantes que conseguem se matricular nas escolas municipais precisam ainda conviver com a precária infraestrutura. Imagens encaminhadas pelos professores retratam o abandono das escolas, com salas improvisadas, superlotadas e até alagadas em dias de chuva.

Para o MPF, a não adoção de medidas para solucionar a situação escolar indígena demonstra a omissão do prefeito municipal, "que, pelo menos desde 2012, possui ciência inequívoca da situação calamitosa e do elevado quantitativo de crianças em idade escolar fora das salas de aula em razão da superlotação, mas não faz nada".

Solução

Na ação ajuizada, o Ministério Público Federal pede, liminarmente, a construção imediata das 5 salas previstas para a E.M. Tengatui Marangatu e a restauração da E.M. Francisco Ibiapina

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 195/ 2014

Brasília, 30 de outubro de 2014.

"que se encontra em ruínas enquanto as crianças permanecem fora das salas de aula por ausência de vagas".

O MPF quer ainda a implementação de planos de investimentos para a educação escolar indígena, com proposta de construção de novas escolas, e a condenação de Murilo Zauith por improbidade administrativa.

O prefeito, se condenado, pode ser obrigado a pagar multa civil no valor de 50 vezes o montante de sua remuneração, além da proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios pelo prazo de 10 anos.

Referência Processual na Justiça Federal de Dourados: 0002958-82.2014.4.03.6002

Leia [aqui](#) o "Manifesto Sobre A Educação Escolar Indígena No Brasil – Por Uma Educação Descolonial e Libertadora", lançado hoje pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que apresenta, entre outros tópicos, as problemáticas de infraestrutura das escolas indígenas, sua organização e gestão, e a posição do Estado Brasileiro, que desconsidera as formas próprias de organização dos povos originários.



Associativismo estimula o desenvolvimento de comunidades rurais

SÍTIO EXPRESSO MT, 29.10.2014

Entenda os benefícios do associativismo para melhoria da qualidade de vida

Para se constituir uma Associação é preciso que um grupo de pessoas se organize para defender interesses em comum. O grupo deve então constituir uma pessoa jurídica, na qual a propriedade e o controle dos produtos e serviços executados são feitos coletivamente. Através das associações é possível construir projetos e participar de editais. O Projeto Interagir, patrocinado pela Petrobras, através do Programa Petrobras Socioambiental, foi escrito por uma dessas associações, a Associação O Povo Indígena da Nação Unida Tapirapé - APINUT.

O associativismo sem fins lucrativos tem como finalidade o desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural de uma ou mais comunidades através de projetos que possibilitem isso aos seus associados e/ou à comunidades. O principal diferencial, em comparação a outros tipos de organização, é a valorização do capital humano. Princípios e valores como solidariedade, ajuda mútua, confiança, honestidade e outros fatores são fundamentais para o crescimento e sobrevivência das associações.

Para uma comunidade que está pretendendo se organizar, as vantagens da criação de uma associação são inúmeras. Além de ser isenta de imposto de renda, uma associação tem mais força para buscar melhorias para o seu grupo social, uma vez que ela representa força de reivindicação junto a qualquer instância na justiça. Por serem organizações de interesse público, elas tem o direito de usufruir de programas do Governo assim como têm facilidades no acesso ao crédito em programas de financiamento.

Caso uma associação queira, ela pode optar por se tornar uma OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, que confere à organização um certificado dado pelo poder público federal, emitido pelo Ministério da Justiça. De acordo com a lei 9790/90, essa opção é vedada às cooperativas.

Entre as vantagens de uma OSCIP estão: isenção de imposto de renda, da Contribuição ao Fundo de Investimento Social (Cofins) e da Contribuição sobre o Lucro Líquido; remuneração dos seus dirigentes e prestadores de serviços, que gozam de isenção de imposto de renda; podem firmar termos de parceria com o Estado, não sujeitos à Lei de Licitações; podem receber bens apreendidos pela Receita Federal e as empresas que fazem doações às OSCIPS podem deduzir o valor da doação de seu imposto de renda a pagar até o limite de 2% do seu lucro.

No Brasil, associações sem fins lucrativos como a APINUT são importantes nas comunidades do interior. Elas são responsáveis pelo desenvolvimento humano, inclusão social e melhoria da qualidade de vida.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 195/ 2014

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Sobre o Interagir

Unir agricultores e indígenas em prol da recuperação de áreas degradadas e da segurança alimentar, esse é o objetivo do Projeto Interagir, que é patrocinado pela Petrobras, através do Programa Petrobras Socioambiental. Com atuação no município de Santa Terezinha, região do Araguaia, em Mato Grosso, o projeto incentiva o uso de Sistemas Agroflorestais (SAFs) para a produção de alimentos e recuperação de áreas degradadas. Os beneficiários do Projeto são seis comunidades do Assentamento Presidente e três aldeias indígenas das etnias Tapirapé e Karajá da Terra Indígena Tapirapé/Karajá.



Gilberto Carvalho diz que Dilma tem que acelerar demarcações indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.10.2014

A declaração de Gilberto Carvalho vai ao encontro da Carta Aberta divulgada pela própria Dilma Rousseff dois dias antes de sua reeleição

Agência da Notícia

Para o ministro da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, bastante conhecido na região do Norte Araguaia por ser o principal pivô da desintrusão da fazenda Suiá Missú, dando lugar a Terra Indígena Marãiwatsédé, o novo governo da presidente Dilma Rousseff (PT) tem que acelerar as demarcações indígenas.

Ele admitiu que o seu partido, o PT, cometeu erros nos últimos anos e disse que a legenda está fazendo uma autocrítica, "nós temos um projeto vitorioso que acaba de ser confirmado por milhões de votos. O que eu chamo de autocrítica são alguns elementos como a questão do diálogo com movimentos sociais, com a sociedade, que nós temos que aprimorar. O atendimento à demanda dos excluídos que nós temos que acelerar, eu cito a questão dos indígenas que nós temos que acelerar essa reforma agrária, entre outras coisas", disse ele.

Carvalho é o centro do indigenismo do Governo Dilma Rousseff. O ministro, que é responsável pelo contato com os movimentos sociais, trouxe para o Governo o indigenista Paulo Maldos e sua ex-mulher, a antropóloga Marta Azevedo, que ocupou a presidência da Funai de 2012 a junho de 2013. Gilberto Carvalho e Paulo Maldos coordenaram pessoalmente as duas operações de limpeza étnica levadas a cabo pelo Governo no Mato Grosso e Maranhão.

A declaração de Gilberto Carvalho vai ao encontro da Carta Aberta divulgada pela própria Dilma Rousseff dois dias antes de sua reeleição. Na carta, Dilma se compromete a engavetar a PEC 215, fortalecer a Funai e implementar a Convenção 169 da OIT. No texto, a presidente também exalta as duas operações de limpeza étnica feitas pelo Governo sob a coordenação de Gilberto Carvalho.

O Norte Araguaia com o aceleramento de demarcações seria o principal atingido, em Santa Cruz do Xingu, por exemplo, está em estudo um projeto de ampliação de RESERVA indígena.

Índios kaingang iniciam plantio de soja em área invadida no Rio Grande do Sul SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 29.10.2014



Índios kaingang que ocupam uma área invadida em Sananduva, no norte do Rio Grande do Sul, começaram a plantar soja no local. A pequena propriedade rural tem pouco mais de 30 hectares e é reivindicada pelos índios, que estão acampados no local há cerca de dois meses. O dono do imóvel está impedido de transitar pelo local.

Os indígenas alegam que decidiram cultivar a terra depois que o proprietário pediu na justiça a reintegração de posse do imóvel.

O grupo também pede a retomada do processo de demarcação daquilo que consideram ser Terra Indígena Passo Grande do Rio Forquilha.

O proprietário da área não quis gravar entrevista temendo represália por parte dos indígenas. No ano passado dois agricultores foram assassinados com requintes de crueldade por índios kaingang que disputavam terras na região.

Já o representante da comissão dos agricultores disse que foi surpreendido pela iniciativa dos índios, e que o grupo só vai se manifestar oficialmente após a decisão judicial.

O processo de demarcação não pode continuar como exigem o grupo de índios invasores. O Supremo Tribunal Federal tem anulado demarcações feitas sem base no marco temporal de 1988, como é o caso da Terra Indígena de Passo Grande do Rio Forquilha.

Não havia ocupação indígena no local na ocasião da promulgação da Constituição Federal. Logo, a área não pode ser demarcada através do processo administrativo convencional, sob pena de ser anulada na justiça.

Por outro lado, a atitude dos índios é emblemática da falência do indigenismo. A Funai alega que precisa demarcar terras para que os índios possam preservar suas culturas. Para isso usam a legislação para expropriar e expulsar agricultores não indígenas de áreas legalmente ocupadas no passado. Mas, depois que recebem as áreas, os índios plantam soja transgênica nas áreas demarcadas.

Como fica o paradigma da preservação cultural?



Articular base de sustentação no Congresso, fazer a Reforma Política e demarcar as Terra Indígenas e Quilombolas: eis os grandes desafios da Presidenta reeleita
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.10.2014

Associação União das Aldeias Apinajé – PEMPXÀ

Com 54.501.118 votos, representando 51,64% do total das preferências válidas, foi reeleita para Presidenta da Republica Federativa do Brasil a senhora Dilma Vana Rousseff, para mais 4 anos de mandato. Na noite do dia 26/10/14, logo após o anúncio dos resultados pelo Tribunal Superior Eleitoral-TSE, em seu pronunciamento oficial, a presidenta reeleita agradeceu os eleitores, o ex-presidente Lula da Silva e os presidentes dos partidos da coligação que a reelegeu. A presidenta afirmou ainda que não acredita que sua reeleição tenha dividido o País, mas entende que esse é um caminho para buscar soluções para melhorar o Brasil por meio do diálogo e da união nacional.



Esse resultado já era esperado. As pesquisas realizadas e divulgadas pelos Institutos Datafolha e IBOPE na reta final da campanha do 2º turno já sinalizavam uma vitória apertada de Dilma Rousseff, que foi reeleita com margem pequena de votos. A campanha difamatória e mentirosa da mídia e o uso eleitoreiro da questão que envolve a corrupção na Petrobrás contribuíram para esse resultado.

Durante os dois turnos da campanha política, observamos seguidas ilações orquestradas por certos setores da imprensa com a finalidade de induzir os eleitores e influenciar os resultados da eleição. O fato mais grave e vergonhoso partiu da Revista Veja, que na véspera da eleição antecipou de domingo para sexta-feira sua Edição na qual publicou em matéria de capa acusações sem provas sugerindo envolvimento do ex-presidente Lula e da presidenta Dilma no suposto escândalo de corrupção na Petrobrás.

Ainda com a finalidade de gerar alvoroços, tumultos e sentimentos de repulsa do povo contra a candidata Dilma Rousseff e o Partido dos Trabalhadores, na manhã do dia 26/10/2014, foram divulgadas na internet fofocas e falsas informações dando conta do assassinato de Alberto Yousseff, doleiro preso na Operação Lava a Jato e delator da corrupção na Petrobrás. A Polícia Federal logo tratou de emitir nota desmentindo a notícia mentirosa.

CONT.



Utilizar a imprensa para propagar mentiras, calúnias e proferir falsas acusações sem fundamentos e provas é crime e os envolvidos devem ser investigados e punidos na forma da Lei. Agindo assim os Jornalistas e os veículos de comunicação prestam lastimável desserviço ao País. Felizmente nem a campanha paralela da hipocrisia, da difamação e da calúnia perpetrada pela mídia burguesa e golpista impediram a vitória da Democracia em favor da população mais oprimida e empobrecida do Brasil.

QUESTÃO INDÍGENA: UM DOS DESAFIOS DO 2º MANDATO

Ressaltamos que no 1º mandato de Dilma Rousseff a questão indígena foi negligenciada pelo governo do PT que se coligou e cedeu às pressões do agronegócio e outros setores econômicos contrários aos direitos das minorias étnicas e raciais do Brasil. Como consequências ocorreram assassinatos, prisões ilegal, despejos, espancamentos, criminalização de lideranças e outras violações de Direitos Humanos. Toda essa violência é atribuída à lentidão do governo para demarcar e regularizar as terras indígenas em questão.

Reiteramos a continuidade de nossas lutas contra a PEC 215/2000 e outras propostas que tramitam nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário com a finalidade de anular nossos direitos afirmados na Constituição Federal de 1988. Esperamos que desta vez a presidenta reeleita Dilma Rousseff e sua base de sustentação no Congresso Nacional, resolvam a questão das demarcações e regularização dos Territórios Indígenas e Quilombolas. Entendemos que dessa forma evitaremos o acirramento de mais conflitos no campo e as (recorrentes) violações de Direitos Humanos que tanto envergonham nosso País.

Terra Indígena Apinajé 29 de outubro de 2014.

Indígenas protestam no Palácio do Planalto

SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 29.10.2014



Em manifestação em frente ao Palácio do Planalto, professores indígenas cobraram hoje (29) da presidenta Dilma Rousseff o cumprimento das diretrizes para educação indígena garantidas pela Constituição Federal. Os líderes da manifestação reclamaram da falta de infraestrutura nas escolas e do descumprimento da lei, que garante aos indígenas formação educacional com respeito a valores tradicionais das comunidades.

Cerca de 100 indígenas participaram do protesto. Uma comissão, formada por seis líderes e um advogado, entrou no palácio para uma reunião com representantes da Secretaria-Geral da Presidência da República, responsável pela articulação com os movimentos sociais.

Segundo Agnaldo, além disso, os indígenas ficam à mercê de muitos governadores e muitos municípios, quando a legislação é clara: "é responsabilidade do governo federal responder pela educação indígena".

A Constituição Federal assegura aos indígenas o direito à educação que respeite seus valores culturais e artísticos, além de prever o uso das língua materna e processos próprios de aprendizagem, associado ao sistema convencional de ensino. "Queremos educação diferenciada de verdade, que respeite a tradição dos nossos povos e valorize nossos ancestrais", disse o líder pataxó.

Antes de chegar ao Palácio do Planalto, os indígenas participaram, na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), do lançamento de um manifesto em defesa da educação indígena. O documento será entregue à por intermédio da Secretaria-Geral, que o encaminhará

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 195/ 2014

Brasília, 30 de outubro de 2014.

à presidenta Dilma. O grupo também pretende se manifestar em frente ao Supremo Tribunal Federal, do outro lado da rua, para pedir o cumprimento da Constituição Federal em relação aos direitos dos índios.

Além das políticas para educação, os líderes indígenas pretendem aumentar a pressão sobre o governo para a demarcação de terras no segundo mandato de Dilma, reeleita no último domingo (26). "Até hoje, a maioria das nossas terras não está demarcada e as que estão continuam sendo invadidas por traficantes de drogas e minérios. A maioria dos nossos povos deu um voto de confiança a ela [Dilma], mas não vamos abrir mão dos nossos direitos", afirmou o líder pataxó.

Texto e foto da Agência Brasil



Justiça dá 15 dias para Funai retomar demarcação de Terra Indígena no Pará
SÍTIO AGÊNCIA BRASIL, 29.10.2014

A Justiça Federal deu à Fundação Nacional do Índio (Funai) prazo de 15 dias para dar sequência ao processo de demarcação da Terra Indígena Sawré Muybu, dos índios mundurukus, em Itaituba, oeste do Pará. De acordo com a Justiça Federal, o procedimento de demarcação já ocorre há 13 anos, e foi paralisado “inexplicavelmente” no ano passado.

A Terra Indígena Sawré Muybu está localizada na região onde o governo pretende construir a Usina Hidrelétrica de São Luiz do Tapajós. Com a construção da usina, explica a Justiça Federal, aldeias, florestas e cemitérios da terra indígena serão alagados. Antes de decidir sobre a demarcação, o juiz Rafael Leite Paulo, da Vara Federal de Itaituba, questionou a Funai, e a fundação informou que o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena já está pronto, dependendo de apreciação e publicação.

A área tem pouco mais de 178 mil hectares, e o processo de demarcação teve início em 2001. O relatório da terra indígena está pronto desde 13 de setembro de 2013. O passo seguinte do processo, a publicação do relatório no Diário Oficial da União, necessário para homologação e registro da demarcação, não ocorreu, e o processo parou. Procurada pela reportagem, a assessoria da Funai não foi encontrada para comentar o caso.

Segundo a Justiça Federal, a fundação argumentou que não havia prazo definido para concluir o procedimento demarcatório, e “estava priorizando demarcações nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste do Brasil”. Em sua decisão, Paulo diz que “o processo está parado, sem um fundamento válido, mas tão somente invocando uma genérica e vazia alegação de priorização das regiões [mencionadas], e assim os direitos dos indígenas seriam perpetuamente postergados, uma vez que as prioridades estabelecidas não abarcaram o processo demarcatório da Terra Indígena Sawré Muybu”.



Indígenas reivindicam que Educação respeite suas identidades culturais

SÍTIO AGÊNCIA BRASIL, 29.10.2014

Mais de 100 professores indígenas, representando 49 etnias de todas as regiões do país, se reuniram, hoje (29), na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em Brasília, para o lançamento do Manifesto sobre a Educação Escolar Indígena no Brasil – Por uma Educação Descolonial e Libertadora. A intenção é reforçar o direito a educação específica para esses povos e dar visibilidade à importância que os processos de educação próprios dos indígenas têm na manutenção e preservação de sua cultura e identidade.

"Hoje, o projeto que é apresentado para as escolas das comunidades indígenas é idêntico ao apresentado para o sistema não indígena. Isso não é bom para gente porque a gente perde nossos valores, destratando nossa própria identidade cultural, nossas crenças e religiões", ressalta Flaubert Guajajara, professor e representante da etnia Guajajara, do Maranhão.

De acordo com Eunice Dias de Paula, missionária do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), para que a preservação desse universo sociocultural dos indígenas seja possível é importante a presença de uma pessoa que transmita, no papel de professor, a cultura daquele povo baseado na vivência e experiência autêntica. "Um professor indígena é fundamental para essa escola funcionar, porque ele faz parte daquela cultura".

Dados divulgados em 2012, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), apontam que a realidade é diferente. O quadro que compõe as 2.954 escolas indígenas, distribuídas em 26 estados, a maioria dos professores é representado por pessoas que não fazem parte daquela sociedade. Os indígenas professores são 7.321 de um total de 15.289, menos da metade.

Eunice avalia que essa situação é reflexo de um desrespeito dos governos, principalmente os estaduais. "No MEC [Ministério da Educação] tem o setor da diversidade onde o pessoal faz força para que o respeito às leis sejam implementadas. O problema todo é que a responsabilidade da educação escolar indígena ficou para os estados e dentro dos estados isso não se efetiva", ressalta.



Professores indígenas protestam em Brasília pela demarcação das terras e melhorias na educação

SÍTIO CIMI, 29.10.2014

Após a presidenta reeleita, Dilma Rousseff, ter afirmado em carta que nada na Constituição será alterado com relação aos direitos dos indígenas, uma delegação composta por cerca de 100 professores e professoras indígenas, de mais de 50 povos de todo o Brasil, protocolaram na tarde de ontem (29), uma carta direcionada à presidência da República. No documento, os indígenas demandaram a implementação de seus direitos relativos à educação escolar e reivindicaram aceleração das demarcações que estão paralisadas no atual governo.

“Até hoje, a maioria das nossas terras não está demarcada e as que estão continuam sendo invadidas por traficantes de drogas e minérios. A maioria dos nossos povos deu um voto de confiança para Dilma, mas não vamos abrir mão dos nossos direitos”, afirmou o professor indígena Agnaldo Pataxó- Hã-Hã-Hãe.

Uma comissão foi recebida pela Secretaria-Geral da Presidência da República. Os indígenas reclamaram da infraestrutura precária nas escolas, da situação de interinidade dos professores, da ausência de material pedagógico bilíngue ou na língua indígena, da falta de controle social e do desrespeito à cultura e aos conhecimentos e saberes acumulados milenarmente. Os povos querem que suas especificidades e particularidades, enquanto povos indígenas, sejam contempladas em propostas educacionais diferenciadas, específicas e interculturais.

Do Palácio do Planalto, os indígenas seguiram para o Supremo Tribunal Federal (STF) onde pediram a nulidade de recentes decisões da 2ª Turma referente às terras indígenas de Porquinhos (MA), do povo Canela/Apãniekra, e da Terra Indígena Guyraroká, do povo Guarani-Kaiowá (MS). Nos dois casos, atendendo a mandados de segurança impetrados por fazendeiros, os ministros do STF anularam as portarias declaratórias das respectivas terras.

No Supremo, um grupo se encontrou com o ministro, Celso de Mello, que segundo os indígenas foi bastante “receptivo e sensível” perante as decisões que prejudicam o reconhecimento das terras tradicionais.

“O processo da Terra Indígena Guyraroká já tem 15 anos e sua anulação é a negativa dos nossos direitos e a continuidade da violência e miséria a que estão submetidos crianças, mulheres e velhos Guarani Kaiowá, há um século”, apontaram os professores indígenas em carta entregue no Supremo.

Os indígenas estão reunidos no 2º Encontro Nacional de Professores Indígenas que vai até esta sexta-feira, em Luziânia (GO).



Índios ocupam aeroporto em bloco de petróleo na Amazônia peruana

SÍTIO GLOBO.COM, 29.10.2014

*Aeroporto do norte do país recebe voos da companhia petroleira Pluspetrol.
Indígenas protestam contra exploração dos recursos naturais.*

Centenas de integrantes de uma comunidade indígena tomaram o controle de um pequeno aeroporto dentro do maior bloco de petróleo do Peru, na Amazônia peruana, disseram líderes tribais, como parte de uma disputa com a empresa argentina de energia Pluspetrol e o governo sobre poluição e uso dos recursos naturais.

O aeroporto, no distrito de Andoas, região norte do país, foi ocupado por índios nativos na noite de segunda-feira (27), disseram os líderes indígenas Tedy Guerra e Aurelio Chino em entrevista por telefone. "Neste momento há cerca de 500 de nós no aeroporto... os voos pararam", disse Guerra, líder da comunidade Nuevo Andoas. Ele acrescentou que não houve confronto com a polícia, que deixou o local.

O aeroporto praticamente só recebe os jatos particulares da Pluspetrol, que opera o bloco de petróleo próximo 1-AB. O campo produz entre 15.000 e 17.000 barris por dia, o equivalente a um quarto da relativamente pequena produção peruana.

Os manifestantes consideram tomar poços de petróleo se a empresa não atender aos pedidos por negociações, disseram Guerra e Chino.

Segundo Guerra, a empresa usa terras indígenas sem pedir autorização às comunidades locais ou sem oferecer compensação justa, e tem demorado em limpar vazamentos de petróleo.

A Pluspetrol disse em comunicado que assinou um acordo com a comunidade Nuevo Andoas em setembro e que está fazendo "todos os esforços para restabelecer o diálogo com a comunidade de forma a superar o impasse".

Próximo domingo: Famílias não indígenas podem ser expulsas de área demarcada pela Funai em Santa Catarina

SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 29.10.2014



Carca de 300 famílias pobres estão prestas a serem expulsas pela Funai naquilo que pode ser a terceira operação de expurgo étnico do Governo Dilma Rousseff. Depois de expulsar todos os não indígenas de duas áreas demarcadas pela Funai no Mato Grosso e Maranhão, o Governo ameaça agora expulsas mais um grupo de famílias de uma área demarcada em Santa Catarina.

As famílias ocupam um terreno privado no bairro Conquista, em Balneário Barra do Sul e foram notificados pela Funai no último dia 18. A notificação estipula um prazo de 15 dias para que as pessoas deixem a área pacificamente ou serão expulsas. O prazo termina no próximo domingo, 2 de novembro.

As pessoas ocupam um terreno pertencente à empresa Comércio & Indústria Stein colocado a leilão pela 4ª Vara do Trabalho de Joinville em função de dívidas trabalhistas. O leilão não chegou a acontecer porque a área foi expropriada pela Funai através de um processo administrativo de demarcação, o que é ilegal.

Uma das moradoras da área é Rosângela Evangelista, de 53 anos, presidente da associação de moradores do bairro Conquista. Ela foi uma das organizadoras do protesto que fechou o trânsito na BR-280, na última sexta (24). Veja aqui. Nena, como é conhecida, diz ter escritura da casa da sua mãe datada de 1953. "Eu tenho a escritura que também está condenada porque eles dizem que fica em terra indígena. Tem documento aqui de família que já pagava imposto em 1931", explica.

Rosângela mora com a mãe, Laura Baucelli, de 75 anos, num rancho erguido há 20 anos na área cobiçada pela Funai que pertencia à Comercial Stein. "Queremos lutar pela posse desta terra, por todo este povo, são 300 famílias. Todo mundo tem direito à terra." Ela adianta que

CONT.



não quer receber indenização para sair da localidade. "Nós queremos ficar aqui, queremos negociar e comprar um pedaço de terra. Ninguém quer terreno de graça."

Outra moradora nascida e criada no bairro Conquista que não planeja deixar a área de invasão é Roseli Fernandes, 43. Ela mostra o documento deixado pelo seu tataravó Henrique José Flor. Datado de 1804, o pedaço de papel dá a sua família a propriedade de terra na área de invasão do bairro Conquista. "Vamos brigar até o fim para ficar aqui, ninguém quer sair. Já trouxeram os índios para cá e eles foram embora, agora trouxeram de novo. Se você perguntar, eles vão dizer que não querem ficar aqui", denuncia a moradora.

A portaria 953, do Ministério da Justiça, delimita como terras indígenas áreas em Balneário Barra do Sul e na vizinha Araquari. De acordo com o documento, a área que deve ser entregue aos índios da tribo Guarani Mbyá mede 3.294 hectares. No trecho do bairro Conquista onde vivem as famílias não indígenas a área é de 1.016 hectares.

No documento, o Ministério da Justiça afirma que o território foi identificado nos termos do primeiro parágrafo do artigo 231, da Constituição Federal, e no inciso I do artigo 17 da Lei nº 6.001 "como sendo tradicionalmente ocupada pelo grupo indígena Guarani Mbyá".

A demarcação da Terra Indígena Piraí é outra feita sem observar o marco temporal. Não havia ocupação indígena no local na ocasião da promulgação da Constituição Federal de 1988, portanto a área não pode ser considerada de ocupação tradicional conforme o Artigo 231 da carta magna. Há menos de um mês o Supremo Tribunal Federal anulou duas demarcações feitas pela Funai com base nessa interpretação.

A advogada dos moradores não indígenas do terreno, Luanna Charre Pastega, disse que ingressou com uma ação na justiça na tarde de segunda (27) pedindo a suspensão da portaria de 2010. Ela explica que, segundo a Constituição Federal, para uma terra ser considerada indígena tem que haver ocupação permanente de índios no local. Não foi o que aconteceu ali, garante a advogada.

"Não teve ocupação indígena permanente naquela área. Alguns índios foram trazidos pela Prefeitura na década de 90, mas depois foram embora. É uma situação que não preenche os quesitos necessários para justificar a medida de desocupação", detalha a advogada. "Tem pessoas que nasceram ali, que seus pais já moravam naquela área. Tem uma senhora de 92 anos, pessoas que viveram a vida toda na região", assevera.

A Câmara de Vereadores de Balneário Barra do Sul também se mobiliza em favor dos moradores do bairro Conquista. "A gente se reuniu na Câmara com os moradores, o nosso advogado, o advogado da Prefeitura e a advogada deles. Esclarecemos o que está acontecendo, a Funai diz que existe uma terra indígena na região, mas existem muitas contradições", aponta Edson de Aviz, presidente da Câmara.

Uma das principais contradições, cita o vereador, é quanto à presença dos índios na localidade. Conforme Aviz, tem registro de moradores que moravam na área de invasão em 1908. "Nunca houve índio naquela região, eles foram plantados ali, começaram a ser trazidos lá pelo ano 2000", enfatiza.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 195/ 2014

Brasília, 30 de outubro de 2014.

A Constituição Federal, com a interpretação dada pelo STF no caso Raposa Serra do Sol, e o Decreto 1775, que regulamenta o processo de demarcação, obrigam a Funai a ouvir os entes da Federação envolvidos no processo. Estados e Municípios devem ser ouvidos no processo. Essa etapa é sempre ignorada pela Funai.

O advogado da Câmara de Vereadores, garante Aviz, irá questionar na Justiça essas e outras contradições apresentadas pela Funai. "A Funai não pode de uma hora para outra decidir que todo o bairro Conquista é reserva indígena. Eles dizem que fizeram um levantamento, mas nem a Prefeitura, nem os moradores foram consultados", finaliza Aviz.

Com informações e imagem de Fabrício Porto, do portal Notícias do Dia. Texto original: Ação de despejo da Funai causa polêmica em Balneário Barra do Sul

Munduruku do Médio Tapajós inicia autodemarcação e juiz dá 15 dias para Funai publicar relatório circunstanciado

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.10.2014

Por Renato Santana, Equipe de Comunicação – Cimi e Movimento Xingu Vivo



Com a previsão do leilão da usina hidrelétrica São Luiz do Tapajós, no complexo do rio Tapajós, sul do Pará, para 2015 e a paralisação do procedimento de demarcação do território tradicional, o povo Munduruku do Médio Tapajós, que abrange os municípios de Itaituba e Trairão iniciou no final da semana passada a autodemarcação da Terra Indígena Sawré Muybu. Até a publicação desta matéria, pouco mais de 5 km de picadas tinham sido abertas, por mais de 60 guerreiros Munduruku, em duas frentes de trabalho.

Frente a decisão dos indígenas e atendendo de forma parcial a pedido liminar do Ministério Público Federal (MPF) do Pará, o juiz Rafael Leite Paulo, da Vara Federal de Itaituba, determinou que a Fundação Nacional do Índio (Funai) se manifeste acerca da aprovação ou não do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Sawré Muybu no prazo máximo de 15 dias. Dentro deste mesmo período, caso o relatório seja aprovado, o resumo de seu teor deve ser publicado no Diário Oficial da União (DOU).

O relatório, porém, já está aprovado pela Diretoria de Proteção Territorial (DPT) do órgão indigenista estatal, em conformidade ao pedido do juiz Federal, faltando então sua publicação. A autodemarcação é realizada com base nos pontos definidos pelos indígenas como de ocupação tradicional, e informados aos técnicos da Funai durante os estudos para a elaboração do Relatório Circunstanciado. No final de 2013, durante reunião dos Munduruku com a então presidente interina da Funai, Maria Augusta Assirati, em Brasília, ficou definido que o relatório seria publicado em março deste ano. No entanto, o prazo não foi cumprido e com a saída de Maria Augusta, em setembro último, a Funai segue sem presidente.

CONT.



Conforme as lideranças indígenas, a autodemarcação foi uma decisão do povo frente a não publicação do relatório de demarcação do território tradicional. A paralisação do procedimento se deve diante da intenção do governo federal de construir o complexo hidrelétrico, que afetará ainda as terras Munduruku do Alto Tapajós, altura do município de Jacareacanga. "Sabemos que não querem demarcar por causa da usina", afirmou o cacique Juarez Munduruku. Na região do Alto, inclusive, já perto da divisa com o Mato Grosso, há quase três anos os indígenas resistem às investidas do governo para a efetivação dos procedimentos necessários à construção de outras usinas do complexo – um total de sete e espalhadas pelo Tapajós com previsão para começar as operações em 2020.

"Foi uma decisão política diante de uma situação que não deixou outra saída. Os Munduruku têm afirmado que só saem mortos dali. Dizem que nenhum projeto que não esteja em sintonia com a natureza será aceito pelo povo. Esses indígenas são parte daquele meio ambiente. A autodemarcação é então uma forma de dizer ao governo que eles estão ali", informa Haroldo Espírito Santo, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Nos últimos meses, os Munduruku definiram que as conversas com o governo estavam suspensas até a publicação do relatório.

Durante a semana passada, o povo Munduruku então colocou em prática as estratégias definidas de proteção territorial. A articulação contou com a participação do Movimento Ipereg Ayu, do próprio povo. Presentes há pelo menos cerca de mil anos naquelas terras às margens do rio Tapajós, os Munduruku destacaram grupos de guerreiros oriundos de todo Tapajós. Reunidos na Terra Indígena Sawré Muybu iniciaram a ação. "A ingerência do governo federal contra os Munduruku se deve à cobiça pelos recursos naturais naquela região. Os indígenas vão resistir no Médio tal como já fazem no Alto. Não querem usinas", declara Ana Laíde, integrante do Movimento Xingu Vivo Para Sempre.

Neste território, afirmam os indígenas, estão presentes garimpeiros, madeireiros, tiradores de palmito, fazendas de gado e grileiros. A grilagem de terras, conforme foi constatado nestes primeiros dias de autodemarcação, aumentou de forma significativa. Acreditam as lideranças indígenas que o fenômeno seja decorrente da busca por indenizações governamentais diante das desocupações a serem geradas pela construção das usinas previstas pelo projeto do complexo hidrelétrico. A entrada de grileiros acontece, sobretudo, pelo município de Trairão.

Nas aldeias da Sawré Muybu o cotidiano segue sem exaltações. Por ordem do cacique, os três horários das escolas indígenas são cumpridos, as equipes de saúde seguem em suas visitas e atendimentos, os caçadores e pescadores vão à mata e aos rios e nas casas de farinha a produção não foi interrompida. Não há notícias de conflitos com prováveis invasores da terra indígena.

Jarudore: Artista plástico registra imagens de povoado do Mato Grosso que pode ser demolido pela Funai

SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 29.10.2014

O artista plástico Gerson Rafael da Costa lança, nesta quinta-feira (30), a partir das 19h, no Centro Cultural José Sobrinho, em Rondonópolis, uma exposição de seu projeto "Restauração Histórica de Jarudore". A iniciativa retrata o povoado de Jarudore, no município do Poxoréu, no Mato Grosso, transformadas em pinturas de óleo sobre tela, no tamanho de 60 por 80 centímetros. Jarudore tem cerca de 3.600 moradores e cresceu dentro de uma área demarcada como indígena. O povoado pode ser demolido a qualquer momento pela Funai, como aconteceu com os povoados de Estrela do Araguaia, no Mato Grosso, e Vitória da Conquista, no Maranhão.

Segundo o artista plástico, as obras mostram paisagens, casas, igrejas e as pessoas que vivem em Jarudore. Gerson explica que as fotografias foram feitas



por Daniel Horas e a reprodução delas sobre as telas levou em torno de quatro meses. No total, foram registradas cerca de 90 imagens.



No detalhe amarelo o povoado de Jarudore no interior da Terra Indígena de mesmo nome em vermelho

O responsável pela iniciativa disse que a exposição terá 30 obras. Além de seus trabalhos, os artistas convidados Adão Ives, Junior da Silva e Zé Côca vão expor duas telas cada; Nalme Mendonça vai expor três obras; e Ariane Rezende participa com uma tela.

Gerson da Costa conta que a motivação do projeto é a ameaça de demolição do povoado pela Funai.

Segundo ele, desde que alguns índios Bororo passaram a reivindicar o local a população passou a conviver com a ameaça de expulsão. "Espero que, com essa exposição, as autoridades da nossa região possam tomar uma atitude acerca dessa situação e resolvam a questão da desapropriação das terras", explicou o artista.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 195/ 2014

Brasília, 30 de outubro de 2014.

A mostra conta com patrocínio do Fundo Estadual de Cultura, em cumprimento à Lei de Apoio à Cultura de Mato Grosso, por intermédio do Conselho Estadual de Cultura. A exposição ficará aberta do dia 30 de outubro a 28 de novembro, no Centro Cultural, de segunda à sábado, das 7h às 11h e das 13h às 17h.

O artista plástico antecipou que após a mostra, as obras serão doadas ao acervo artístico da biblioteca de uma escola de Jarudore.

Veja aqui os alertas que a equipe do Questão Indígena já fez sobre o caso de Jarudore:

1. [A bola da vez é o distrito de Jarudore. Mais de 1.800 brasileiros podem ser expulsos de casa](#)
2. [Explode mais um conflito indígena no Mato Grosso. O Questão Indígena avisou há 8 meses.](#)
3. [A Questão Indígena de Jarudore, no Mato Grosso](#)



MPF aciona Justiça contra prefeitura por deixar índios fora da escola
SÍTIO GLOBO.COM, 29.10.2014

*Se condenado, prefeito pode ser multado em 50 vezes seu salário em MS.
Mais de 600 crianças ficaram fora da sala de aula em aldeias.*

O Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul (MPF/MS) ajuizou ação de improbidade administrativa contra a Prefeitura de Dourados, a 214 km de Campo Grande, e o atual prefeito Murilo Zauith (PSB) por deixar mais de 600 indígenas fora das salas de aula nas aldeias da cidade.

Segundo o Ministério, documentos encaminhados pelo próprio Executivo reconhecem a superlotação das escolas e a ausência de vagas. Por meio de sua assessoria de imprensa, a prefeitura disse que iria se reunir com a procuradoria jurídica para oficializar uma resposta. Até o fechamento desta reportagem, não houve retorno.

Em 2012, o município chegou a apresentar projeto de construção de 5 salas de aula na escola indígena Tengatui Marangatu. A obra não saiu do papel e os alunos continuam sem acesso ao ensino. Quem consegue se matricular, precisa ainda conviver com a infraestrutura precária. Professores relataram que salas foram improvisadas, estão superlotadas e alagam em dias de chuva.

Ainda de acordo com a assessoria do Ministério Público, foi solicitada na ação implementação de planos de investimentos para a educação escolar indígena. Se condenado, o prefeito pode ser obrigado a pagar multa civil no valor de 50 vezes de seu salário, além da proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios por 10 anos.

Índios vão ao Palácio do Planalto reivindicar melhorias na educação

SÍTIO JORNAL O TEMPO, 29.10.2014

Grupo reivindicou por maior fiscalização no repasse de recursos do governo federal para as comunidades e para que sejam feitas consultas sobre a construção de uma universidade indígena



Os índios estão em Brasília participando de um encontro nacional sobre educação indígena, organizado pelo Cimi (Conselho Indigenista Missionário)

DA REDAÇÃO

Um grupo de cerca de 50 índios foi ao Palácio do Planalto nesta quarta-feira (29) entregar um documento com reivindicações sobre educação indígena e demarcação de terras. O grupo levava cartazes de protesto, mas não houve confusão.

Oito professores indígenas foram recebidos por Fernando Matos, diretor de diálogos sociais da Secretaria-Geral da Presidência. Dentre outras coisas, eles pediram que seja feita uma consulta aos povos indígenas para a construção da universidade indígena e pediram maior fiscalização no repasse de recursos do governo federal para as comunidades.

O líder Agnaldo Pataxó Hã Hã Hãe afirmou que a legislação atual é boa, mas não é cumprida. "Tem parentes nossos estudando debaixo de árvores, dentro de farinheiras, em situações deploráveis. Tem colegas nossos que recebem R\$ 600 por mês, tem uns que não recebem nada. Além de tudo, estamos à mercê de muitos governadores e muitos municípios, quando a legislação é clara: é responsabilidade do governo federal responder pela educação indígena", disse.

Os índios estão em Brasília participando de um encontro nacional sobre educação indígena, organizado pelo Cimi (Conselho Indigenista Missionário), entidade ligada à Igreja Católica, e

CONT.



lançaram um manifesto explicando a situação atual do segmento. Há índios de todo o Brasil e de diferentes etnias, como guarani e ianomâmi.

No evento, eles discutiram os problemas da educação indígena, como o baixo número de docentes indígenas: 7.321, contra 7.968 não-índios, de acordo com dados do Ministério da Educação.

Segundo o manifesto do Cimi, os indígenas têm direito a uma escola específica e diferenciada, respaldada por um decreto presidencial (6.861/2009) que institui a organização da educação indígena.

"A afirmação 'não é uma escola diferenciada, apenas algumas disciplinas que inserem a cultura indígena', retirada de um depoimento, ilustra bem o quadro caótico em que se encontram as escolas indígenas, explicitando como ainda é difícil que as sociedades indígenas sejam respeitadas como detentoras de saberes e conhecimentos tão válidos como quaisquer outros produzidos em diferentes sociedades", diz o manifesto.

Eles também aproveitaram para pressionar por novas demarcações de terras indígenas, que foram suspensas na atual gestão Dilma Rousseff.



Boletim de Notícias - Edição nº 195/ 2014

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Plataforma Dhesca lança relatório “Violações de Direitos Humanos dos Indígenas no Mato Grosso do Sul” hoje, 30, em Dourados
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 30.10.2014

Lançamento do Relatório

“Violações de Direitos Humanos dos Indígenas no Estado do Mato Grosso do Sul”

Dia 30 de outubro (quinta-feira)
Dourados - MS

Horário: 19:30
Local: Espaço Aloisio (alojamento) - Rua Eisei Fujinaka, 715, Jardim Altos do Indaia - Universidade Federal da Grande Dourados

Realização:  

Apoio: 

O documento é resultado da missão realizada em agosto de 2013 pela Relatoria do Direito Humano à Terra, Território e Alimentação. Durante a missão a Relatoria constatou a complexidade que envolve as violações aos direitos dos povos indígenas Guarani e Kaiowá. As violações começam com a negação do seu território, a exclusão social (da qual resulta todo o processo de confinamento) até a negação dos direitos básicos à realização da vida com dignidade. Entre os direitos violados estão o direito ao território, à alimentação adequada, ao acesso à educação específica (diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária), à saúde que considere a medicina tradicional, à dignidade da pessoa humana (preconceito e racismo), à autodeterminação dos povos indígenas e à memória.

O evento é promovido por Plataforma de Direitos Humanos – Dhesca Brasil e Conselho Indigenista Missionário (Cimi), com apoio da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), e contará com a presença de lideranças indígenas e organizações de defesa dos direitos humanos, além de professores e estudantes.

Leia a íntegra do Relatório [AQUI](#).

Serviço:

Hoje, 30 de outubro, às 19:30h, no Espaço Aloisio (alojamento): Rua Eisei Fujinaka, 715. Jardim Altos do Indaia.

Encontro discute ações para Povos e Comunidades Tradicionais na Bahia
SÍTIO PORTAL VERMELHO, 30.10.2014

Representantes de comunidades tradicionais da Bahia, embaixadores e autoridades políticas participam, nesta sexta-feira (31), de uma audiência pública sobre Povos e Comunidades Tradicionais, realizada na reitoria da Universidade Federal da Bahia (Ufba), em Salvador. A atividade acontece entre 8h30 e 13h30.



As comunidades tradicionais são formadas por caboclos, caiçaras, extrativistas, indígenas, pescadores, quilombolas, ribeirinhos, entre outros povos

O objetivo da iniciativa é discutir ações políticas para contribuir com a elaboração de um novo modelo de desenvolvimento, que inclua as distintas visões de mundo e as práticas sociais desses segmentos no Brasil. No encontro, serão debatidos temas como identidade, território, cultura, educação, saberes tradicionais e sustentabilidade.

A audiência é promovida pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Delegação da União Europeia no Brasil, com o apoio da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH).

Para avaliar e debater o tema proposto estarão presentes a embaixadora e chefe da delegação da União Europeia, Ana Paula Zacarias, a ministra da Áustria, Isabella Tomás, e representantes da Bélgica, Itália, Suécia, Eslovênia, Finlândia, entre outros países.

As comunidades tradicionais são formadas por caboclos, caiçaras, extrativistas, indígenas, pescadores, quilombolas, ribeirinhos, entre outros povos. Atualmente, cerca de 4,5 milhões de brasileiros fazem parte destes grupos, ocupando 25% do território nacional.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 195/ 2014

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Lançamento de livro

Na ocasião, será lançado o livro 'As Dez Faces da Luta pelos Direitos Humanos no Brasil', com a história de dez defensores de direitos humanos que estão sob a proteção especial do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH).

O livro é resultado de parceria com a União Europeia, Embaixada do Reino dos Países Baixos e o sistema das Nações Unidas no Brasil. As entrevistas são relatos de denúncias dos defensores, as motivações de luta e os percalços inerentes à atuação de cada um nas áreas de direito à terra, à vida, a um tratamento adequado e não violento, ao meio ambiente, à manutenção de comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e de pescadores.

Redação do Vermelho, com PCdoB-BA



Boletim de Notícias - Edição nº 195/ 2014

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Moção pública de apoio à demarcação das terras indígenas no Acre
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 30.10.2014



**Amigos
da Terra
BRaSiL**



Ao Ministério da Justiça
Exmo. Sr. José Eduardo Cardoso, Ministro da Justiça

À Diretoria de Proteção Territorial da FUNAI
Sr. Aluísio Ladeira Azanha – Diretor (dpt@funai.gov.br)

À: 6ª Câmara de Conciliação-
Exma. Drª Débora Duprat

À Polícia Federal
Exmo. Sr. Leandro Daielo Coimbra, Diretor geral

Ao Ministério Público Federal
Exmo. Sr. Dr. Eitel Santiago de Brito Pereira, Sub-procurador Geral da República

Ref: Moção pública de apoio à demarcação das terras indígenas no Acre

Prezados Senhores e Senhora:

Como é do conhecimento de vossas excelências, vivenciamos atualmente no Brasil uma pressão sobre os direitos conquistados nacional e internacionalmente no que se refere aos povos indígenas. O tensionamento das conquistas através, por exemplo, do novo marco regulatório da mineração, da proposta de substitutivo ao Projeto de Lei 1610/96 que dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, da PEC 215 que transfere para o legislativo a prerrogativa de demarcação de terras indígenas e do enfraquecimento das políticas do órgão de defesa e proteção destes povos, vem intensificar os conflitos territoriais, violência física, psicológica e simbólica, cujo resultado mais visível é o genocídio, abandono e desamparo aos povos indígenas.

Neste contexto, nos preocupa a situação de calamidade e sofrimento com a qual nos deparamos durante visita ao estado do Acre. Nessa ocasião, conhecemos de perto a realidade na qual se encontram os povos indígenas, em especial aqueles que apesar dos anos de luta e reconhecimento ainda não têm as suas terras demarcadas.

CONT.



Nesta ocasião, percebemos que apesar da região – que compreende o estado do Acre, o Noroeste do estado de Rondônia e a chamada Boca do Acre, Amazonas – ter 32 terras indígenas demarcadas, apenas quatro destas são homologadas. Mais grave ainda é o fato de que 21 terras indígenas ainda aguardam a sua demarcação e regularização, incluindo as de povos isolados. Em decorrência da falta de garantia territorial, essas terras se encontram invadidas por madeiras e fazendeiros gerando conflitos, inclusive violentos, com os povos indígenas.

Pudemos conhecer de perto a situação em que a comunidade indígena Jaminawa de São Paulino, próximo de Sena Madureira, é obrigada a viver. As 24 famílias desta terra indígena, vivem hoje em apenas 5 hectares sob a constante ameaça de fazendeiros, invasores das suas terras que vêm destruindo a floresta com a extração de madeira e criação de gado. Os indígenas e principalmente suas lideranças são intimidadas e ameaçadas – verbalmente ou mesmo a tiros – pelos invasores, quando buscam praticar suas atividades tradicionais como a agricultura, caça e pesca dentro do seu próprio território, com o único objetivo de sustentar suas famílias. Além de serem vítimas de violência, caso essa situação não seja resolvida imediatamente, os povos da comunidade de São Paulino correm o risco de morrerem de fome por falta de terra para praticar sua atividade de sobrevivência. Esta situação revela uma clara violação de todos os direitos conquistados pelos povos indígenas, em especial os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, destinando-lhes a sua posse permanente e o usufruto exclusivo de suas riquezas naturais.

Vale lembrar que a comunidade ganhou uma ação judicial ainda em 2012 que determina a imediata retirada de invasores não indígenas, assegurando apenas a presença de pequenos produtores. A ação tramita na 1ª Vara Federal do Amazonas, sob o nº 12687-27.2012.4.01.3200. Porém a ordem judicial ainda até agora não foi cumprida. A mesma segue em anexo.

É também do nosso conhecimento que em 2002, um Grupo de Trabalho da FUNAI iniciou os estudos de identificação do território de São Paulino para atender a reivindicação da comunidade de demarcação de cerca de 6000 mil hectares de terra. Apesar da FUNAI comprovar que se trata de terras tradicionalmente ocupadas pelos Jaminawa, o órgão, desde 2004, tem interrompido seus trabalhos. A promessa da FUNAI no Acre de apoiar a comunidade na sua reivindicação e aliviar seu sofrimento tem sido sistematicamente descumprida.

Ressaltamos também que a FUNAI, enquanto órgão responsável pela regularização de territórios indígenas no Brasil, tem sido igualmente omissa no caso dos outros povos no Acre que também aguardam pela demarcação das suas terras e consequentemente sofrem de ameaças e violência, como as terras Currálinho, Nawa (Naua), Kuntanawa, Jaminawa do Guajará, Jaminawa do Rio Caeté, Manchineri Serigal Guanabara, Jaminawa e Kulina (Madjá) do Estirão, Nukini da Aldeia Kampô, Apurinã e Jamamadi do Monte (Monte, Primavera e Goiaba), Jamamadi do Iquirema, Jamamadi de Lourdes, Apurinã do Cajueiro, Apurinã do Valparaíso, Jaminawa do Caiapucá, Jamamadi de Maracajú, além das terras dos povos em situação de isolamento. É inadmissível que não se cumpra a constituição brasileira, colocando um fim à situação de constantes ameaças e sofrimentos destes povos. Ao mesmo tempo, os povos cujas

CONT.



terras já foram demarcadas também vivem sob a ausência de outros direitos historicamente conquistados e conflitos territoriais.

Além disso, somamo-nos à revolta das lideranças indígenas de que suas ações de protesto e denúncia não têm sensibilizado a FUNAI e as demais autoridades. Ao contrário, em vez de serem ouvidos, lideranças indígenas têm sofrido um brutal processo de criminalização, vivendo sob o medo de ameaças de morte e respondendo processos judiciais por ações de denúncia da omissão das autoridades e violências sofridas.

Por outro lado, sabemos que volumosos recursos públicos têm sido aplicados no estado para atividades que ameaçam diretamente as comunidades e territórios indígenas como as atividades madeireira e pecuária. São atividades que atendem a um pequeno grupo de interesses somando à pressão que o agronegócio brasileiro exerce sobre o Congresso e Governo para enfraquecer e reduzir a garantia dos direitos indígenas no Brasil. Enquanto isso o estado do Acre realiza diversos esforços para divulgar uma imagem a nível internacional de um Estado modelo que protege as suas florestas e as comunidades que delas dependem, em especial as comunidades indígenas. Não foi o que vivenciamos durante a nossa visita.

É neste contexto, que exigimos ações urgentes por parte da FUNAI e demais órgãos competentes no sentido de colocar fim a criminalização dos povos indígenas e retomar e finalizar, dentro de prazos acordados com os povos indígenas em questão, o processo de regularização das terras indígenas sob a jurisdição da FUNAI do Estado do Acre. Somente assim estará a FUNAI e o Estado brasileiro cumprindo finalmente com a constituição brasileira e os acordos internacionais dos quais o Estado é signatário, garantindo aos indígenas os seus direitos historicamente conquistados.

Confiantes de que as conquistas democráticas serão respeitadas e promovidas por este governo, despedimo-nos.

Atenciosamente,

Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais
Amigos da Terra Brasil
Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais – WRM

Enviada para Combate ao Racismo Ambiental por Patira Ferreira.

Indígenas da Amazônia participam do Brasileiro com sonho de medalhas

SÍTIO GLOBO ESPORTE, 30.10.2014

Em projeto de inclusão social, oito garotos foram selecionados e são treinados em Manaus; no campeonato nacional juvenil, alcançaram dois ouros e dois bronzes



A treinadora Márcia Lot foi quem descobriu o jovem Iagoara, da tribo Kambeba
(Foto: Thiago Quintella)

O Campeonato Brasileiro de Tiro com Arco, que se inicia nesta quinta-feira no Sambódromo, já tem quatro vencedores. Se ganharão medalhas, apenas os resultados nas flechadas até sábado, dia da final, poderá dizer. Porém, Wyrauassu, Ywytu, Iagoara e Iseem, de três diferentes etnias indígenas no Amazonas, disputam pela primeira vez uma competição nacional profissional. Após saírem de suas tribos, passaram a treinar com o técnico Roberval dos Santos na Vila Olímpica de Manaus. São treinamentos diários, cansativos, puxados, mas que já trazem resultados expressivos e fazem o Brasil sonhar com um indígena nativo nas Olimpíadas de 2016.

O caminho até os Jogos é complicado. Haverá pouco tempo para fazer um bom ranking que lhes credencie a um lugar na seleção brasileira. De qualquer forma, os resultados começaram a aparecer. O projeto surgiu em setembro de 2012, através da ONG Amazonas Sustentável. A treinadora Márcia Lot, que já trabalhou para o Brasil nas Olimpíadas de Barcelona e Atlanta na busca de potenciais atletas em diversos esportes, reuniu 320 jovens vindos de tribos indígenas da Amazônia. No fim, apenas oito puderam seguir o treinamento de alto rendimento com na Vila Olímpica.

Em 2013, um indígena de 13 anos conseguiu a medalha de ouro no tiro com arco na competição nacional estudantil, se mantendo em primeiro lugar no ranking durante todo o ano. Há duas semanas, um grupo de seis índios do projeto disputou o Brasileiro juvenil, no Rio de Janeiro, e faturou cinco medalhas: duas de ouro e duas de bronze, além de uma prata na competição indoor. Entre os profissionais, será a primeira vez. E o sonho é manter o rendimento, com um lugar no pódio.

- Há quase dois anos estamos treinando com arco olímpico. Agora é o segundo brasileiro que viemos no Rio de Janeiro, o primeiro foi o juvenil em Maricá, fui terceiro lugar. É uma honra estar aqui no Sambódromo. Eu espero fazer o melhor para conseguir trazer uma medalha.

CONT.

Seria uma honra para minha aldeia. Vim aqui para ganhar. Para perder também, aprender. Espero continuar no tiro com arco, virar técnico - disse o tímido Iagoara, de 17 anos, da tribo Kambeba.

A chance de ter um indígena nas Olimpíadas do Rio de Janeiro era o objetivo inicial do projeto. No entanto, Roberval dos Santos ressalta que há uma pequena chance que isso se torne possível. Além do tempo curto até os Jogos, há toda uma dificuldade de lidar com a pressão de uma competição de alto nível na opinião do técnico.

– Para eles teve a dificuldade de se adaptar, ficar longe de casa, ir para uma cidade grande por muito tempo. Eles são muito dispostos. Eles têm essa vontade grande de crescer no esporte. É uma oportunidade de vida para eles, que estão entendendo isso. Seja nos estudos ou no esporte. Está andando muito bem. A gente sabe que eles vão chamar muito atenção, não acho que vamos ter um campeão ainda. Queremos que eles se ambientem. A gente espera que o trabalho não seja interrompido, que tudo continue indo no ritmo que vai indo. Que eles levem uma bagagem satisfatória nessa competição - afirmou Roberval.



Roberval dos Santos é o técnico que prepara os jovens indígenas (Foto: Mauro Neto/Sejel)



Jovens indígenas tentarão conquistar medalhas no Campeonato Brasileiro de Tiro com Arco (Foto: Thiago Quintella)

O projeto, portanto, passou a ter um sentido muito maior do que uma vaga olímpica para os jovens indígenas. Mantê-los estudando e no esporte é objetivo principal, expandindo para cada vez mais garotos e garotas das tribos amazônicas. Há toda uma preocupação de que eles não sigam o caminho de muitos outros que chegam à cidade grande e, sem auxílio e a preparação adequada, cedem às tentações e vão para caminhos tortuosos.

- A ideia é continuar o projeto, resgatando etnias indígenas. Quando eles saem das aldeias e vão para a cidade, eles se perdem. Ou se drogam, ou ficam alcoolatras. Muitas meninas se prostituem. Eles não têm estrutura. São puros, ingênuos. Pelo esporte, tentamos não deixar que eles se percam. Aqui foi a primeira vez que eles pegaram avião, ficaram em hotel, foram a restaurante. Nós demos tênis de presente, uniforme, mochila. Tudo que eles pudessem se sentir adequados para a competição, inclusive os arcos e flechas sob medida - disse a treinadora Márcia Lot.

Operação da FUNAI apreendeu turistas realizando atividades de pesca esportiva sem autorização em Terra Indígena Médio Rio Negro II e Terra Indígena Teá (AM)
SÍTIO FOIRN, 30.10.2014



Ação de fiscalização da FUNAI apreende turistas realizando pesca esportiva ilegal em Terras Indígenas Médio Rio Negro II e TI Téa. Foto: FUNAI

No dia 23 de outubro de 2014, em operação de vigilância e fiscalização das Terras Indígenas Médio rio Negro II e Rio Téa, a Coordenação Regional do Rio Negro de São Gabriel da Cachoeira – CRRN/FUNAI, apreendeu os apetrechos de pesca de Turistas de Pesca Esportiva que se encontravam ilegalmente dentro da área indígena. Os turistas foram levados pelas empresas Amazon Sport Fishing e Marreco Pesca Esportiva.

Desde 2013 a empresa Amazon Sport Fishing tem promovido acordos e negociações ilegais com lideranças das comunidades integrantes da Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas – ACIR.

Os acordos são estabelecidos sem que sejam feitos os estudos de impactos ambientais necessários, sem qualquer medida de monitoramento ou manejo e mesmo sem a garantia da participação de todas as comunidades, gerando conflitos sociais.

No dia 13 de abril deste ano a ACIR, com apoio da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN e da CRRN-FUNAI realizaram uma reunião e consulta ampliada com as 12 comunidades pertencentes à ACIR, para a discussão sobre atividades produtivas, dentre elas a possibilidade de realização do turismo de Pesca Esportiva, haja vista que já havia o assédio por empresas de pesca na região. Tomando como base as experiências prévias onde os empresários prometiam benefícios mas que, ao final, não cumpriam com o acordo, as comunidades se posicionaram contra a atividade em seu território tradicional. As lideranças enfatizaram que não havia garantia de preservação das áreas e que isso colocava em risco a sustentabilidade de seus descendentes.

A operação da FUNAI apreendeu os turistas dentro da Terra Indígena sem autorização para ingresso conforme determina a lei e realizando atividade de pesca proibida, o que se caracteriza enquanto crime ambiental (Lei nº 9605/98).

Os donos das empresas não estavam no local. Ambas as empresas já haviam sido comunicadas que a atividade era ilegal e que só poderia ocorrer se fosse de interesse das comunidades,

CONT.

após ampla consulta (OIT 169) e realização dos estudos de impactos socioambientais necessários, para garantir que a atividade não coloque em risco a segurança alimentar ou os modos de vida das populações indígenas.

Os materiais apreendidos serão encaminhados para a Polícia Federal a qual irá instaurar um inquérito para investigação e punição dos responsáveis.

Ao longo do ano de 2013 e início de 2014, com acompanhamento dos órgãos competentes, foi organizado processo participativo com as comunidades da Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro – ACIBRN, na Terra Indígena Médio Rio Negro I e II, realizando-se reuniões, oficinas, estudos ambientais e socioculturais.

Tais atividades culminaram para a regularização do turismo de pesca esportiva no Rio Marié. Esta experiência serve como referência de sustentabilidade com garantia de repartição de benefícios coletivos e da segurança ambiental dos rios e lagos.



Apetrechos de Pesca Esportiva que se encontravam ilegalmente dentro da Terra Indígena. Foto: FUNAI

Demarcações nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste são prioridades da Funai
SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 30.10.2014



A Funai informou à justiça federal que as demarcações nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste são prioridades do órgão. O empenho da Fundação em demarcar terras nessas regiões de ocupação mais antiga no país tem resultado no aumento dos conflitos entre indígenas e produtores rurais. têm observado uma escalada de violência com mortos de ambos os lados.

A informação, publicada hoje pela Agência Brasil, foi prestada pela Funai à Justiça Federal em resposta a questionamentos pelo atraso na demarcação de uma terra indígena na Amazônia.

A Justiça Federal deu à Funai prazo de 15 dias para dar sequência ao processo de demarcação da Terra Indígena Sawré Muybu, em Itaituba, oeste do Pará. De acordo com a Justiça Federal, o procedimento de demarcação foi paralisado “inexplicavelmente” no ano passado.

A Terra Indígena Sawré Muybu está localizada na região onde o governo pretende construir a Usina Hidrelétrica de São Luiz do Tapajós e os indigenistas do Ministério Público, de ONGs e da Funai pretendem usar a demarcação para inviabilizar o aproveitamento hidroelétrico.

Segundo a Justiça Federal, ao ser questionada pelas razões do atraso, a fundação argumentou que “estava priorizando demarcações nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste do Brasil”.



Escola indígena é inaugurada na cidade de Palmeira dos Índios

SÍTIO AQUI ACONTECE, 30.10.2014

O governador e a secretária de Estado da Educação, Stella Albuquerque, inauguram nesta quinta-feira (30), da solenidade inaugural da Escola Pajé Miguel Selestino, na aldeia Xucuru Kariri, em Palmeira dos Índios. Para a reforma e ampliação da unidade escolar, o Governo do Estado investiu recursos próprios na ordem de R\$ 700 mil.

Na nova unidade, a comunidade conta com estrutura adequada para Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação para Jovens e Adultos. A escola tem capacidade para mais de 240 alunos por turno. De acordo com a índia Ana Maria da Silva, a construção foi rápida e atendeu as expectativas da comunidade. "A escola ficou ótima, os espaços são bem distribuídos e estamos muito felizes. A partir de agora podemos educar nossos filhos com dignidade", enfatizou Ana Maria.

A escola conta com oito salas de aulas, uma biblioteca, um laboratório de informática, um recreio coberto, banheiros, cozinha, dispensa, sala de professores, arquivo e sala de diretor. A construção da Escola partiu de uma série de diálogos mantidos entre o Governo do Estado e lideranças indígenas com o propósito de retirar os alunos de uma unidade improvisada e oferecer estrutura adequada.

"O governador cumpriu o que nos prometeu. Fiscalizei a obra como conselheira fiscal da Escola, mas principalmente como mãe e em representação ao povo indígena, portanto, posso afirmar que tudo teve bom andamento e a escola está do jeito que pedimos ", afirmou Ana Maria.

Para a secretária da Educação, Stella Albuquerque, o diálogo com as lideranças indígenas foi fundamental para atender a demanda da tribo de forma satisfatória. "A escola foi uma das prioridades do governador Teotonio Vilela que abraçou a causa indígena. A unidade vai ofertar ensino de qualidade, possibilitando que as crianças possam crescer alfabetizadas, estudando em um ambiente adequado, além de atender a turma de Educação de Jovens e Adultos que vai assegurar a conclusão dos estudos daqueles que não tiveram oportunidade", resumiu a secretária.

por Agência Alagoas



No Acre, sede do Cimi é atacada e documentos de demarcação de terras indígenas são furtados

SÍTIO GVCES, 30.10.2014

Documentos de processos de demarcações foram furtados do Cimi

A sede do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) – Regional Amazônia Ocidental, em Rio Branco, no Acre, foi invadida por duas vezes, num intervalo de três semanas entre os meses de setembro e outubro deste ano, e teve furtados arquivos de três computadores com documentos históricos do processo de demarcação de ao menos 12 terras indígenas, entre elas a reserva Jaminawa Colocação São Paulino, que é alvo de invasão de fazendeiros e lideranças indígenas foram ameaçadas de morte.

Até o momento, os responsáveis pelos ataques ao Cimi não foram identificados. Na Polícia Civil, um inquérito foi aberto para investigar furto qualificado, invasão ao imóvel e subtração de equipamentos. A Polícia Federal diz que analisa se tem competência para apurar o caso por decorrência dos conflitos da demarcação da reserva.

Segundo o Cimi, os índios Jaminawa reivindicam há mais de 30 anos a demarcação da Terra Indígena Jaminawa Colocação São Paulino, que está localizada entres os municípios de Sena Madureira (AC) e Boca do Acre (AM), região em que o agronegócio avança sobre a floresta amazônica com a produção de gado.

Na reserva, que tem 25 mil hectares, cerca de 27 famílias Jaminawa vivem numa faixa de 2 hectares às margens do rio Purus, sem opção para plantar roças e com acesso limitado a água potável. O restante da área foi invadido por fazendeiros.

Desde o mês de janeiro, o clima se acirrou na região de Sena Madureira e Boca do Acre depois que a Justiça Federal do Amazonas determinou a retirada de quatro fazendeiros da terra dos Jaminawa. A decisão teve como base ação da Advocacia-Geral da União (AGU).

O coordenador técnico da Funai em Sena Madureira, José Corrêa Jaminawa disse à agência Amazônia Real que a decisão judicial foi cumprida no mês de março. Mas, nos últimos meses, três dos quatro fazendeiros descumpriram a reintegração de posse. "Não adiantou nada, eles voltaram à reserva e continuam desmatando a floresta", afirmou.

Ameaças e avisos dos fazendeiros por telefone

Em entrevista à agência Amazônia Real, o coordenador do Cimi – Regional Amazônia Ocidental, Lindomar Padilha, 48 anos, disse que a primeira invasão à sede do conselho

CONT.



aconteceu no dia 22 do setembro, quando foi furtado um arquivo de um computador. No arquivo estavam documentos de memoriais descritivos da ocupação tradicional de 12 terras indígenas, que estão em processo de demarcação no Acre. No dia 13 de outubro, o imóvel teve as portas arrombadas novamente e foram furtados mais dois arquivos de computadores e documentos em papel de processos de demarcações.

“Nesta última invasão os criminosos queimaram documentos, destruíram equipamentos e móveis. Nós não descartamos as duas hipóteses levantadas pela polícia de furto qualificado e suposto envolvimento de pessoas que contestam as demarcações da terra. Pela defesa das demarcações já sofremos diversas ameaças de morte”, afirmou Padilha.

Segundo ele, em 2012 a família do cacique Francisco Jaminawa, da aldeia São Paulino, em Sena Madureira, foi ameaçada de morte. Uma investigação foi aberta pela Polícia Federal. Neste mesmo ano, o coordenador do Cimi disse que também sofreu ameaças.

“O cacique recebeu ameaças em reuniões públicas e também avisos de fazendeiros por terceiros para tomar cuidado. Eu recebi três ameaças por telefone. Era sempre a voz de um homem dizendo que coisas ruins poderiam acontecer”, disse Lindomar Padilha, que, na ocasião, registrou um boletim de ocorrência na Polícia Civil. Ninguém foi indiciado pelas ameaças.

No dia 17 de outubro, lideranças indígenas e representantes de organizações que defendem os direitos humanos, professores e estudantes fizeram uma manifestação em Rio Branco pedindo às autoridades uma investigação enérgica dos ataques contra o Cimi. Manifestação em Rio Branco cobrou investigação dos ataques contra Cimi (Foto: Kelly Cristine/Cimi)

Manifestação em Rio Branco cobrou investigação dos ataques contra Cimi (Foto: Kelly Cristine/Cimi)

Suspensão das demarcações de terra

O coordenador do Cimi – Regional Amazônia Ocidental, Lindomar Padilha disse que os conflitos no Acre se agravaram também depois que foram paralisadas as demarcações de 12 terras indígenas por um pedido do ex-governador e atual senador Jorge Viana (PT-AC) à Funai, em 2003, durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio da Silva.

“Na época, o argumento do senador era paralisar as demarcações até a conclusão do zoneamento ecológico e econômico do Estado. O estudo foi concluído, mas a Funai não retomou os trabalhos. É preciso que as demarcações das terras sejam retomadas antes que haja mais conflitos fundiários”, afirmou o coordenador do Cimi.

A agência Amazônia Real procurou a assessoria de imprensa do senador Jorge Viana para comentar a declaração do coordenador do Cimi, mas ele preferiu não se manifestar.

CONT.



Floresta da reserva foi desmatada para criação de gado

Na ação que resultou a retirada de fazendeiros da reserva Jaminawa Colocação São Paulino, a AGU diz que o Ministério Público Federal no Amazonas e a Funai receberam denúncias do líder da aldeia São Paulino, cacique Francisco Jaminawa.

Segundo os relatos do cacique, os invasores destruíram grande parte da floresta nativa da reserva e construíram açudes e áreas de pastagens para criação de gado de corte, comprometendo a plantação de subsistência da comunidade indígena Jaminawa, bem como as atividades de pesca e caça para sobrevivência.

Em nota divulgada no mês de abril, a Funai diz que cada invasor ocupava uma área superior a 50 hectares da reserva, ou seja, mais de 200 hectares.

Conforme a ação judicial, os fazendeiros foram identificados como "Téo" (Teodorico), Ronaldo Duarte, Wilson e Eufrazio. A agência Amazônia Real não conseguiu localizá-los.

Na ação, a AGU alegou que a Constituição Federal reconhece o direito dos índios de permanecerem em terras tradicionalmente ocupadas, as quais integram o patrimônio da União. Além disso, esse território não pode ser ocupado por não índios.

Procurada pela reportagem, a assessoria de imprensa da Funai, em Brasília, disse que a decisão judicial de retirada dos fazendeiros da TI Jaminawa Colocação São Paulino foi cumprida de forma consensual. "Quanto ao processo de demarcação da reserva, encontra-se em fase de estudos antropológicos", disse em nota.

Este mês, a advogada Maria Augusta Assirati pediu demissão do cargo de presidente interina da Funai. Um dos motivos seria as pressões do próprio governo federal para paralisar as demarcações de terras indígenas. No lugar de Assirati, assumiu Flávio Chiarelli Vicente de Azevedo, ex-chefe da Procuradoria Federal Especializada da fundação.

Em Brasília, lideranças indígenas agradecem empenho na realização dos Jogos Mundiais Indígenas

SÍTIO PORTAL PCH, 30.10.2014

O objetivo da visita de cortesia comandada pelos diretores do Comitê Intertribal, Marcos e Carlos Terena, foi de agradecimento pelo empenho do ministro e sua equipe na criação dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas



O ministro do Esporte, Aldo Rebelo, recebeu nesta quarta-feira (29.10), em Brasília, cerca de 20 lideranças indígenas brasileiras – entre caciques, mulheres e juventude. O objetivo da visita de cortesia comandada pelos diretores do Comitê Intertribal, Marcos e Carlos Terena, foi de agradecimento pelo empenho do ministro e sua equipe na criação dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas. O encontro contou também com a presença do senador Wellington Dias, recentemente eleito governador do Piauí e dos ex-vereadores indígenas Jeremias Xavante e Darci Javaé.

A versão pioneira do Mundial Indígena - tanto no Brasil quanto no exterior - será realizada em Palmas, em setembro de 2015. O evento reunirá etnias de 30 países e contará com a participação de cerca de 2 mil atletas guerreiros. “Nosso interesse é valorizar os indígenas em suas tradições por meio do esporte”, disse Aldo Rebelo, ao agradecer a homenagem, momento em que recebeu das mãos de Carlos Terena o primeiro modelo de logomarca do mundial. “Envolto de diversos grafismos indígenas, traços culturais e ocas, o desenho significa, o patriotismo, a universalização dos povos, numa mistura do verde refletindo fortalecimento das matas, rios e nascentes, a cor do vermelho do urucum, significa o nosso sangue e a marrom, a nossa terra”, explicou o criador da arte.

O senador Wellington Dias explicou que no Piauí constava a inexistência de indígenas e que hoje há o registro de cerca de seis mil habitantes que se assumiram aborígenes. “Eu sou um deles e meu desejo é um dia organizar os Jogos Indígenas em meu estado e quem sabe, às margens do rio Parnaíba”, revelou.

O encontro foi acompanhado pelo secretário de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (Snelis) do Ministério do Esporte, Ricardo Cappelli, pelo Assessor Internacional, o embaixador Carlos Cardim e pela diretora de Políticas Intersectoriais, Andrea Ewerton. Na oportunidade, Aldo Rebelo foi presenteado pela vice-diretora do Comitê Intertribal, Maria Helena Azumehuero, com dois instrumentos usados nos Jogos Indígenas, em Cuiabá. “A lança feita

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 195/ 2014

Brasília, 30 de outubro de 2014.

de madeira sigipa com quase dois metros de comprimento e a bola do leite de mangaba significam a nossa resistência cultural através do esporte”, disse.

O ministro conheceu o cartaz dos VII Jogos Indígenas Pataxó. Realizados pela primeira vez com patrocínio do Ministério do Esporte, o evento reunirá de 13 a 16 de novembro, em Porto Seguro, cerca de 800 guerreiros - jovens, lideranças e anciãos indígenas - em nome do esporte tradicional. “Será uma grande honra recebê-lo em nosso evento”, convidou a liderança da Bahia, Karkaju Pataxó, ao presentear Aldo Rebelo com a camisa dos jogos.

“Nós reconhecemos que o Ministério do Exporte tem apoiado os povos em vulnerabilidade”, disse a advogada e líder indígena, Fernanda Kaingang, coordenadora dos Jogos Indígenas do Rio Grande do Sul. A dirigente entregou o convite para que o ministro confira o evento que acontecerá em março de 2015, na cidade de Salto do Jacuí e, em seguida, o presenteou com um troféu – uma escultura com a luta entre dois índios Kaingang e Guarani, feita por indígenas gaúchos.

Sabedoria Indígena: O Silêncio, por Kent Nerburn

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 30.10.2014

Em Resistência do Povo Terena

Nós, os índios, conhecemos o silêncio. Não temos medo dele.

Na verdade, para nós ele é mais poderoso do que as palavras.

Nossos ancestrais foram educados nas maneiras do silêncio e eles nos transmitiram esse conhecimento.

“Observa, escuta, e logo atua”, nos diziam.

Esta é a maneira correta de viver.

Observa os animais para ver como cuidam se seus filhotes.

Observa os anciões para ver como se comportam.



Observa o homem branco para ver o que querem.

Sempre observa primeiro, com o coração e a mente quietos, e então aprenderás.

Quanto tiveres observado o suficiente, então poderás atuar.

Com vocês, brancos, é o contrário. Vocês aprendem falando.

Dão prêmios às crianças que falam mais na escola.

Em suas festas, todos tratam de falar.

No trabalho estão sempre tendo reuniões

nas quais todos interrompem a todos,

e todos falam cinco, dez, cem vezes.

E chamam isso de “resolver um problema”.

Quando estão numa habitação e há silêncio, ficam nervosos.

Precisam preencher o espaço com sons.

Então, falam compulsivamente, mesmo antes de saber o que vão dizer.

Vocês gostam de discutir.

Nem sequer permitem que o outro termine uma frase.

Sempre interrompem.

Para nós isso é muito desrespeitoso e muito estúpido, inclusive.

Se começa a falar, eu não vou te interromper.

Te escutarei.

CONT.



Talvez deixe de escutá-lo se não gostar do que estás dizendo.
Mas não vou interromper-te.
Quando terminares, tomarei minha decisão sobre o que disseste,
mas não te direi se não estou de acordo, a menos que seja importante.
Do contrário, simplesmente ficarei calado e me afastarei.
Terás dito o que preciso saber.

Não há mais nada a dizer.
Mas isso não é suficiente para a maioria de vocês.
Deveríamos pensar nas suas palavras como se fossem sementes.
Deveriam plantá-las, e permiti-las crescer em silêncio.
Nossos ancestrais nos ensinaram que a terra está sempre nos falando,
e que devemos ficar em silêncio para escutá-la.
Existem muitas vozes além das nossas.
Muitas vozes.
Só vamos escutá-las em silêncio.

Kent Nerburn

Porto Seguro: VIII Ed. dos Jogos Indígenas terá aldeias Pataxó e outras
SÍTIO MUNICÍPIOS BAIANOS, 30.10.2014



Os VIII Jogos Indígenas Pataxó serão disputados de 13 a 16 de novembro, em Porto Seguro, com a participação de oito aldeias Pataxó e etnias convidadas, entre elas Pataxó Hã Hã Hãe (Bahia), Kuikuro (Mato Grosso do Sul), Kiriri (Bahia) e Tuxá (Bahia). Além das competições esportivas, serão realizados o Fórum Social Indígena, a Feira de Artesanato e o III Encontro de Patxôhã.

O objetivo do evento é promover a integração entre as aldeias, entre índios e sociedade local e, principalmente, o respeito, a valorização e a afirmação da cultura do povo Pataxó. A 8ª edição dos jogos deverá envolver diretamente 700 jovens, lideranças e anciãos indígenas, além de aproximadamente 2 mil alunos das redes pública e privada e turistas.

As competições esportivas ocorrerão na Arena Boca da Barra, na Orla Norte, e incluem modalidades típicas indígenas como zarabatana, arremesso de tacape, corrida com maracá, cabo de guerra, arco e flecha, corrida de tora, luta corporal e canoagem. Também serão disputados futebol, natação e corrida rústica.

A programação cultural, também na Arena Boca da Barra, terá apresentações, desfile, samba de raízes pataxó e feira de artesanato. O Fórum Social Indígena será realizado no Centro de Cultura de Porto Seguro.

2ª Copa do Descobrimento de Jiu-Jitsu promete agitar lutadores da região

A 2ª Copa do Descobrimento de Jiu-Jitsu acontecerá no dia 23 de novembro, no ginásio poliesportivo do IFBA.

Sob a organização do professor, Cemilton Reis e da Academia Performance, esta será mais uma importante oportunidade para lutadores da modalidade na região poderem trocar experiências, aprimorarem técnicas, além de participarem de um intercâmbio esportivo junto a equipes de vários outros estados, que já confirmaram presença.

A programação contará com seminário de arbitragem e regras, dois antes do campeonato, a ser realizado na sede da Academia Cemilton Reis.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 195/ 2014

Brasília, 30 de outubro de 2014.

Já a Copa contará com disputas nas categorias de faixas coloridas e pretas, infantil, juvenil e adulto.

A premiação será para a categoria Absoluto, em que a faixa branca levará o prêmio em dinheiro no valor de R\$ 400,00; faixa azul levará R\$ 600,00; faixa roxa será R\$ 700,00; marrom R\$ 850,00; e a preta levará o montante de R\$ 1.200.

Além disso, também haverá entrega de medalhas e troféus para as três mais bem classificadas.

Além da estrutura do evento, com área de luta, segurança, presença de técnicos em saúde e estande de equipamentos esportivos, o evento contará com o renomado árbitro, Antônio Rodrigo Natalino, faixa preta de Jiu-Jitsu, que em sua trajetória profissional já atuou como mesário, coordenador, diretor de arbitragem e é o fundador e presidente da Federação de Jiu-Jitsu de Brasília (FJJB).

As inscrições podem ser feitas até o dia 17 de novembro, por meio do site www.academiacemiltonreis.com, no valor de R\$ 65,00. É necessário enviar comprovante de depósito.

Fonte: Radar 64